



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MUNICIPIO DE SAO JOAO BATISTA DO GLORIA
CNPJ/CPF : 18.241.778/0001-58
Empreendimento : MUNICIPIO DE SAO JOAO BATISTA DO GLORIA
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Praça Belo Horizonte' número/km 22
Bairro Centro CEP 37920-000 São João Batista do Glória - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
São João Batista do Glória (LAT) -20.6366, (LONG) -46.4908
Fator locacional resultante : 0
Classe predominante resultante : 2
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 23808/2025

Motivo da decisão:

Considerando que o responsável técnico não forneceu respostas suficientemente completas às informações solicitadas acima, de acordo com o Decreto Estadual nº 47.383/2018, o Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), na modalidade de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), via SLA nº 23808/2025, referente ao empreendimento MUNICIPIO DE SAO JOAO BATISTA DO GLORIA , situado no município de São João Batista do Glória - MG, será arquivado.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 29/10/2025.

Documento assinado eletronicamente por FREDERICO AUGUSTO MASSOTE BONIFACIO, Chefe da Unidade, em 29/10/2025 07:51 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.